

RELATÓRIO
2025

4ª SÍNTESE

Curricularização da Educação Midiática

INTRODUÇÃO

A Cátedra Maria Aparecida Baccega, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo - PPGCOM da ESPM, é dedicada às inter-relações entre comunicação e consumo, privilegiando a sua interface com o campo da educação. Desde 2019, a Cátedra tem realizado pesquisas com educadores dos ensinos Fundamental e Médio sobre seus hábitos de consumo midiático e como trabalham as mídias com seus alunos. A partir dos dados coletados, são desenvolvidas ações para apoiar a formação de educadores, de forma a contribuir para uma melhor utilização e consumo dos meios.

No sétimo ano desse estudo longitudinal, os grupos focais foram realizados exclusivamente com educadores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, com apoio da Unidade de Cooperação Técnica e Pesquisa (UCTEC) - EFAPE, visando ampliar as reflexões acerca da educação para a mídia e para o consumo.

Foram realizados três grupos focais após o término do ano letivo de 2025, contabilizando a participação de 11 educadores. A condução dos grupos focais foram alicerçadas em cinco tópicos, a saber:

- 1 | Como se dá o consumo de mídia pelos educadores
- 2 | Uso e produção de mídia na sala de aula
- 3 | Consciência crítica do uso da mídia pelos estudantes
- 4 | Curricularização da Educação Midiática
- 5 | Relação com a Tecnologia e IA

Nesta 4ª síntese, apresentamos as análises realizadas a partir dos relatos dos professores sobre seu próprio consumo de mídia cotidiano.

CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, a educação digital e midiática passou, de maneira ainda não estruturada, a surgir em alguns currículos de escolas e redes, alicerçada principalmente na Competência Geral nº 5, que propõe a compreensão, a utilização e a criação de tecnologias digitais de informação e comunicação de maneira crítica e reflexiva com foco na solução de problemas enfrentados no cotidiano dos estudantes. Há também uma série de propostas voltadas à educação midiática e informacional elencadas dentre as habilidades descritas para o ensino de Língua Portuguesa.

A partir de 2022, com a aprovação da BNCC Computação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as competências e habilidades diretamente relacionadas à cultura digital, incluindo dinâmicas midiáticas e inteligência artificial, passaram a ganhar real destaque no ensino básico. No ano seguinte, a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e mais tarde, em 2025, a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 reforçaram a necessidade de integração da educação digital e midiática aos currículos. Com isso, estabeleceu-se como prazo dezembro de 2025 para atualização dos currículos de todas as redes de ensino, para implementação a partir de 2026. Foi a partir desse cenário que levamos o tema da curricularização da educação midiática aos educadores participantes dos três grupos focais realizados com profissionais da rede estadual de São Paulo nos primeiros meses de 2026.

Quando questionados acerca da implementação na rede e nas escolas em que atuam, ficou evidente que a educação midiática já aparece em diversas aulas, ao longo dos ensinos Fundamental e Médio. Entretanto, observa-se que ela ocorre de modo difuso, superficial e não sistemático. Os participantes afirmam que vários professores tratam de temas relacionados, porém sem coordenação curricular. Um exemplo é o relato a seguir:

“ Posso falar que ainda não foi implementada no nosso caso. O que nós temos é aquele conjunto de professores que, e quando eu digo conjunto, são parcelas, parcelas mesmo, de professores que combinam um determinado projeto em torno dessa temática e conseguem trabalhar de forma relacionada ali dentro da sala de aula. É claro que a educação midiática em si nós temos a temática sendo tocada quase que em todas as disciplinas, mas ela sendo tocada de forma única, em sintonia é muito mais complicado. [...] E quando vai tocar em algum tema de educação midiática, praticamente a frase é a mesma: “gente, cuidado com inteligência artificial”, “cuidado com o que vocês soltam na mídia, porque isso vai se voltar contra vocês” e “tem muita fake news”, ponto. [...] É necessário novas habilidades. É necessário mais informações técnicas para serem passadas para eles.

Aponta-se, assim, para uma educação midiática exercida como prática espontânea e isolada de alguns educadores que demonstram mais conhecimento técnico sobre a temática, ou ainda que se sentem mais confortáveis em utilizar recursos digitais com os estudantes e debater sobre os impactos do consumo midiático^[1] do que como política pedagógica em consolidação.

Apesar da longa lista de documentações e programas elaborados pelo Ministério da Educação (MEC)^[2] e de formações desenvolvidas e distribuídas pela Plataforma AVAMEC, Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC, é unânime a indicação de falta de informação e de formação para educadores, como afirmou uma das participantes:

“ Bom, eu acho que ainda faltam orientações, né? Para os professores, sobre como trabalhar essa educação midiática. Acredito que muitas vezes, cada professor acaba desenvolvendo ali essas práticas de forma isolada e não interdisciplinar, então seria importante haver formações continuadas, algum material de apoio sobre a educação midiática, momentos de troca entre os professores, um ATPC [Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo] [...] A gente ainda não tem nenhuma orientação direta voltada para a educação midiática e a inteligência artificial.

[1] Ao longo dos anos em que esta pesquisa longitudinal é realizada, nota-se que o trabalho com educação midiática ocorre majoritariamente nas aulas de Língua Portuguesa e, eventualmente, em Ciências Humanas.

[2] Podemos citar aqui algumas das principais iniciativas: *Estratégia Brasileira de Educação Midiática*, lançada em 2023; o documento *Saberes Digitais Docentes*, de 2024; o *Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028*, que inclui um frente de educação; *Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais*, publicado em 2025; mesmo ano da publicação da Lei nº 15.100/2025, que restringiu o uso de celulares nas escolas, e da Resolução CNE/CEB Nº 2/2025, que estabeleceu diretrizes nacionais para o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática; o guia *Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas*, também de 2025.

Além da falta de formação, um dos educadores sinalizou ainda a percepção de que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo "governa por decreto". Para ele, as iniciativas não chegam até a sala de aula de maneira efetiva, pois os professores não se sentem ouvidos ou preparados, as escolas não possuem a infraestrutura necessária e falta contexto para aplicação junto aos estudantes. Adicionalmente, o professor coloca que o cenário ideal seria ter professores especialistas para condução da educação midiática como um componente curricular adicional, afirmação com a qual outros educadores sinalizaram concordância.

“ Uma coisa é o oficial que vem lá na publicação do diário oficial, outra coisa é a prática em sala de aula. É muito diferente. São coisas... o óleo na água. Então, eu acho que deveria ser contratado. Professores que dominam códigos para uma educação midiática, que possam passar de maneira interessante para eles [estudantes] como se trabalha a programação, por exemplo. [...] Então educação midiática é uma coisa que deveria estar sendo passada, mas não é passada na sala de aula. Porque não se tem condição. [...] Isso aí é ficção científica.

Para os educadores que indicam maior dominância da estratégia curricular, no entanto, a crítica é quanto a sobrecarga e a rigidez do currículo, além da burocracia imposta pelo estado para levantamento e monitoramento de indicadores da rede no que chamam de “BI”, um sistema de business intelligence (Painel Escola Total), implementado para tomadas de decisão com base em dados. Apesar disso, uma professora sinalizou para a flexibilidade dos Itinerários Formativos, exclusivamente disponíveis no currículo do Ensino Médio, como uma oportunidade para trabalhar a educação midiática de maneira transversal, incluindo diferentes áreas do conhecimento.

“ A gente trabalhou no itinerário de Linguagens e Ciências Humanas um componente curricular de leitura e interpretação de textos multimodais. Então, foi uma das escolhas feitas para trabalhar com educação midiática e digital, no sentido de “não vamos analisar vídeo, vamos analisar todas essas formas de comunicação que se associam a um desenvolvimento digital tão intenso”. Isso faz parte do currículo. [...] As eletivas são mais livres. Então, elas se alteram ano a ano, dependendo da demanda dos alunos e dos professores, como a gente casa esses desejos de o que ensinar e o que aprender. Então, tem essa possibilidade, mas não é algo que necessariamente foi oferecido para todos os alunos.

De maneira geral, os educadores entendem a educação midiática como essencial para a formação cidadã e ética de seus estudantes e compreendem - em diferentes níveis de profundidade - sua interlocução com questões como privacidade, cyberbullying e uso da inteligência artificial. Ao mesmo tempo, podemos mapear diversas iniciativas governamentais e do terceiro setor para que a educação midiática passe a integrar os currículos. O desencontro dessas propostas com as práticas de sala de aula provoca um cenário desfavorável para sua implementação efetiva, uma vez que educadores apontam sua inviabilidade em decorrência da falta de formação docente, de orientações práticas e de especialistas multiplicadores, o que acaba por gerar um baixo alinhamento institucional.

Por fim, os educadores foram questionados sobre a inclusão de literacia midiática e inteligência artificial no PISA (Programme for International Student Assessment)^[3]. A temática gerou preocupação e senso de urgência, mas causou surpresa, pois nenhum dos professores participantes da pesquisa tinham ciência dessa mudança na avaliação.

^[3] Avaliação coordenada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicada globalmente a cada três anos, para medir comparativamente o desempenho de jovens de 15 anos de idade em algumas áreas do conhecimento.
